



"Por um Mundo Novo, a Sério"

intervenções - comentários – reflexões - testemunhos

Evento(s): V.N.Gaia, 2025/05/03

Keyword(s): e-Planning

Leitor(a): Paulo Batista

Sobre o Livro "Por um Mundo Novo, a Sério"

Por vezes não há mesmo alternativa: instigado e desafiado pelo autor, em 2011 – em plena crise social, económica e política – a olhar, sob uma lente transdisciplinar, para o papel central das tecnologias de informação na organização e no desenvolvimento do território, dei por mim, anos volvidos, sem alternativa: ler «*Por um mundo novo, a sério*» tornou-se, para mim, inevitável.

Mas é uma inevitabilidade que o próprio livro nos ensina a desconfiar: a tese T.I.N.A. (*there is no alternative*), tantas vezes invocada nas páginas do livro pelo autor, não descreve o mundo — descreve o modo como somos levados a percebê-lo. É nessa desconfiância, aliás, que devo à leitura e à discussão que dela fez o autor ao longo destes anos — em particular no *laboratório vivo*, experimental e transdisciplinar, no qual tive o privilégio de participar — que construo este texto.

Permitam-me convocar a alquimia como analogia da abordagem a adotar nesta desconfiância, não no seu sentido místico, mas enquanto prática, precursora da ciência, assente numa abordagem empírica e transdisciplinar. Alquimia que, arriscando, diria que se alinha com o conceito de pensamento complexo, do recentemente desaparecido Edgar Morin: compreender uma realidade complexa exige recusar a simplificação e a fragmentação disciplinar, sem abandonar o método científico.

É esta, talvez — arriscaria afirmar — a epistemologia central da área disciplinar de e-planning que o autor convoca ao longo do livro em diálogo com a sua posição ideológica de uma *Uma Ideologia Progressista no Século XXI*. Coloca-se assim a T.I.N.A. no seu devido lugar: a crítica da sua “inevitabilidade” começa por perguntar quem, o quê e como a tornou, e continua a torná-la, percecionada como inevitável. Perguntas que o autor não só apresenta de forma elaborada como nos oferece uma possível resposta – porque há sempre alternativa.

A sociedade é constituída por sistemas complexos, onde o técnico, o social, o económico e o político se acoplam em circuitos recursivos que nenhuma disciplina isolada permite captar de forma eficaz. *Por um mundo novo, a sério* demonstra-o de forma exemplar. E alerta-nos que, qualquer programa político sério, não pode ignorar as questões e as evidências geradas por esta área científica: é com base no conhecimento científico e na evidência que podemos restringir o espaço dos programas politicamente defensáveis e desmentir falsas inevitabilidades. Escolher, dentro desse espaço, aquilo que o autor reclama como *Uma Ideologia Progressista no Século XXI* é um compromisso normativo que também eu partilho, não deduzido da evidência, mas que a partir dela ancore num critério de justiça: uma configuração só se legitima se puder ser escrutinada, contestada e corrigida, e se não penalizar sistematicamente quem dispõe de menos recursos para a compreender ou contrariar.

Como aluno desta prática disciplinar, convoco Henri Lefebvre e a sua tese de que o espaço é produzido social, económica e politicamente. O território pode, nesse sentido, ser lido também como uma tecnologia social: uma forma historicamente situada de organizar interações, distribuir acessos e estabilizar relações de poder. Não é assim um elemento neutro, imutável, no qual as relações, de poder, de distribuição de vantagens, de exclusões são inevitáveis.

O território é um espaço de possibilidades e exclusões, socialmente configurado e, portanto, passível de ser... reconfigurado. Na era da tecnologia digital, reconhecer, estudar, analisar a configuração tecnológica é também reconhecer, estudar, analisar o sistema (e-)territorial, isto é, um território que passou ele próprio a ser configurado pelas tecnologias de informação e comunicação, seja através da mediação (a forma como a tecnologia se interpõe na relação do indivíduo com o espaço, condicionando como o percebemos, navegamos e escolhemos), mas também num elemento mais subtil e mais decisivo – o da circulação da informação.

Convoco esta referência para ilustrar como o argumento do autor, nesta articulação entre ciência e intervenção cívica, é hoje um mecanismo essencial para encontrarmos respostas para desafios sociais imediatos, hoje bem visíveis e experienciados por uma parte muito significativa da população.

Vejamos: na escolha do nosso lugar de habitar (da nossa “habitação”) vemos cada vez menos o território diretamente e cada vez mais a sua representação mediada por plataformas digitais. Quando procuramos uma casa (para comprar, para arrendar) estamos expostos aos anúncios que aparecem primeiro, aos bairros que emergem no ecrã (e aos que ficam quase invisíveis e esquecidos), isto é, a determinadas pré-configurações - os filtros, os rankings e a segmentação geográfica, que encaminham a procura para certos lugares em detrimento de outros.

Portanto, a configuração de como circula a informação para “informar” a escolha da habitação é, ela própria, não neutra: alguém a desenha, alguém determina as configurações destes algoritmos. Será que não encontramos nestas arquiteturas informacionais, que orientam a procura de habitação, aspetos centrais na atual crise de acesso à habitação? Responder a esta questão exige uma abordagem que não seja “mono-disciplinar”, fechada em silos de conhecimento, mas reconhecendo e abraçando a sua complexidade – isto é uma abordagem transdisciplinar.

A partir da evidência recolhida, da observação das suas configurações, do que é visível e invisível, desconstruímos a doutrina TINA (na habitação e noutras áreas fulcrais da nossa vida em sociedade). Essa desconstrução permite-nos ultrapassar limitações programáticas atuais (será que a resposta progressista neste tema se limita ao slogan “precisamos de construir mais!”), deixando de interpretar o contexto vivenciado como uma inevitabilidade técnica para o reconhecer como é: uma “inevitabilidade” construída, configurada. Porquê? Como? Por quem? Se o e-território é configurado, então configurá-lo de outro modo é sempre possível.

Olhemos, no caso da habitação, para um aspeto da (doutrina) TINA: a provisão de habitação, mesmo num sistema de mercado, não pode ignorar a economia da informação assimétrica, desenvolvida por Akerlof, Spence e Stiglitz, que mostrou como mercados com informação imperfeita podem produzir resultados ineficientes.

Ora, poucos mercados são tão assimétricos como o da habitação: quem vende — e sobretudo os intermediários ao seu serviço — detém informação (histórico de preços, defeitos, ónus, encargos ou possibilidades de financiamento) que quem compra (ou arrenda) raramente reúne (pelo menos sem um prévio “filtro” tecnológico). A assimetria “clássica” acrescenta-se agora

uma camada algorítmica de pesquisa que não se limita a refletir o mercado — ao decidir o que cada um vê, estas arquiteturas podem orientar a procura e, em determinadas condições, moldá-la — hipótese cuja quantificação é uma excelente agenda para a investigação e-planning.

Se a TINA não é mais do que uma configuração que resulta do porquê, do como, do por quem, estudar estes elementos é condição essencial para desconstruir a TINA habitacional e, sobretudo, formular soluções. E a solução não é necessariamente uma “ideologia progressista de esquerda” – embora possa ser, claro: corrigir a assimetria é pré-condição para que um sistema, baseado no “mercado livre, de concorrência perfeita”, funcione segundo os critérios dos seus próprios defensores. Será um registo público, acessível, em tempo “real”, de transações, transparência de preços e características detalhadas dos bens, regras sobre como a informação é ordenada, apresentada e disponibilizada, intromissões anti-mercado, uma agenda progressista de esquerda?

Quem configura o território decide, em larga medida, quem tem acesso à pólis. Essa configuração opera em vários planos: institucional, através de regras e regulação; informacional, através dos dados disponíveis; algorítmico, através da ordenação e recomendação; e territorial, através da distribuição desigual de acessos, centralidades e oportunidades.

O Estado ainda pode fazê-lo — e escolher não o fazer é, também, uma escolha política. Mas "poder configurar" não é, por si só, uma virtude: os Estados que hoje mais configuram a circulação de informação são, muitas vezes, os de vigilância, e o configurador público falha, como também o mercado falha. A questão não é, pois, mais ou menos Estado — é quem configura, com que transparência e prestação de contas; uma configuração democrática, participada, auditável e reversível, e não um controlo que apenas mude de mãos e seja, tantas vezes, vendido como uma inevitabilidade.

Por um mundo novo, a sério recorda-nos que a TINA é uma configuração que aceitamos, reproduzimos ou contestamos — como indivíduos e como sociedade. Neste caso, a configuração que escolhi — e continuo a escolher — tornou inevitável a leitura deste livro. É esse, para mim, o seu principal mérito.

Porto, 2026/07/19

Paulo Batista

Doutorado em e-Planning, Docente e Investigador na Universidade de Aveiro